

2007
Número 7 • Ano 4
Edição em Português

Lucia Nader

O papel das ONGs no Conselho de Direitos Humanos da ONU

Cecília MacDowell Santos

Ativismo jurídico transnacional e o Estado:
reflexões sobre os casos apresentados contra o Brasil
na Comissão Interamericana de Direitos Humanos

JUSTICA TRANSICIONAL

Tara Urs

Vozes do Camboja: formas locais de responsabilização
por atrocidades sistemáticas

Cecily Rose e Francis M. Ssekandi

A procura da justiça transicional e os valores tradicionais
africanos: um choque de civilizações – o caso de Uganda

Ramona Vijeyarasa

Verdade e reconciliação para as “gerações roubadas”:
revisitando a história da Austrália

Elizabeth Salmón G.

O longo caminho da luta contra a pobreza e seu
alentador encontro com os direitos humanos

Entrevista com Juan Méndez

Por Glenda Mezarobba



SUR – REVISTA INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS é uma revista semestral, publicada em inglês, português e espanhol pela Sur – Rede Universitária de Direitos Humanos. Está disponível na internet em <<http://www.surjournal.org>>

CONSELHO EDITORIAL

Christof Heyns

Universidade de Pretória (África do Sul)

Emílio García Méndez

Universidade de Buenos Aires (Argentina)

Fifi Benaboud

Centro Norte-Sul do Conselho da União Européia (Portugal)

Fiona Macaulay

Universidade de Bradford (Reino Unido)

Flavia Piovesan

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Brasil)

J. Paul Martin

Universidade de Colúmbia (Estados Unidos)

Kwame Karikari

Universidade de Gana (Gana)

Mustapha Kamel Al-Sayyed

Universidade do Cairo (Egito)

Richard Pierre Claude

Universidade de Maryland (Estados Unidos)

Roberto Garretón

Ex-Funcionário do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (Chile)

EDITORES

Pedro Paulo Poppovic

Daniela Ikawa

Juana Kweitel

COMITÊ EXECUTIVO

Andre Degenszajn

Daniela Ikawa

Juana Kweitel

Laura D. Mattar

PROJETO GRÁFICO

Oz Design

EDIÇÃO

Daniela Ikawa

EDIÇÃO DE ARTE

Alex Furini

COLABORADORES

Andrea Pochak, Barney Whiteoak, Catharina Nakashima,

Fernanda Fernandes, Helena Olea, Miriam Osuna e Thiago Amparo

CIRCULAÇÃO

Catharina Nakashima

IMPRESSÃO

Prol Editora Gráfica Ltda.

ASSINATURA E CONTATO

Sur – Rede Universitária de Direitos Humanos

Rua Pamplona, 1197 – Casa 4

São Paulo/SP – Brasil – CEP 01405-030

Tel. (5511) 3884-7440 – Fax (5511) 3884-1122

E-mail <surjournal@surjournal.org>

Internet <<http://www.surjournal.org>>

Agradecemos pelo apoio financeiro da Fundação Ford, do Fundo das Nações Unidas para a Democracia e da Fundação das Nações Unidas.

SUR – REDE UNIVERSITÁRIA DE DIREITOS HUMANOS é

uma rede de acadêmicos com a missão de fortalecer a voz das

universidades do Hemisfério Sul em direitos humanos e justiça social

e promover maior cooperação entre estas e as Nações Unidas.

A SUR é uma iniciativa da Conectas Direitos Humanos, uma

organização internacional sem fins lucrativos com sede no Brasil.

(Websites: <www.conectas.org> e Portal: <www.conectasur.org>.)

CONSELHO CONSULTIVO

Alejandro M. Garro

Universidade de Colúmbia (Estados Unidos)

Antonio Carlos Gomes da Costa

Modus Faciendi (Brasil)

Bernardo Sorj

Universidade Federal do Rio de Janeiro / Centro Edelstein (Brasil)

Bertrand Badie

Sciences-Po (França)

Cosmas Gitta

PNUD (Estados Unidos)

Daniel Mato

Universidade Central da Venezuela (Venezuela)

Eduardo Bustelo Graffigna

Universidade Nacional de Cuyo (Argentina)

Ellen Chapnick

Universidade de Colúmbia (Estados Unidos)

Ernesto Garzon Valdés

Universidade de Mainz (Alemanha)

Fateh Azzam

Representante Regional, Oficina do Alto Comissariado para os Direitos Humanos (Libano)

Guy Haarscher

Universidade Livre de Bruxelas (Bélgica)

Jeremy Sarkin

Universidade de Western Cape (África do Sul)

João Batista Costa Saraiva

Juizado Regional da Infância e da Juventude de Santo Ângelo/RS (Brasil)

Jorge Giannareas

Universidade do Panamá (Panamá)

José Reinaldo de Lima Lopes

Universidade de São Paulo (Brasil)

Juan Amaya Castro

Universidade para a Paz (Costa Rica)

Lucía Dammert

FLACSO (Chile)

Luigi Ferrajoli

Universidade de Roma (Itália)

Luiz Eduardo Wanderley

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Brasil)

Malak El Chichini Poppovic

Conectas Direitos Humanos (Brasil)

Maria Filomena Gregori

Universidade de Campinas (Brasil)

Maria Hermínia de Tavares Almeida

Universidade de São Paulo (Brasil)

Mario Gómez Jiménez

Fundação Restrepo Barco (Colômbia)

Miguel Cillero

Universidade Diego Portales (Chile)

Milena Grillo

Fundação Paniamor (Costa Rica)

Mudar Kassib

Universidade Birzeit (Palestina)

Oscar Vilhena Vieira

Faculdade de Direito da Fundação Getúlio Vargas (Brasil)

Paul Chevigny

Universidade de Nova York (Estados Unidos)

Philip Alston

Universidade de Nova York (Estados Unidos)

Roberto Cuéllar M.

Instituto Interamericano de Direitos Humanos (Costa Rica)

Roger Raupp Rios

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Brasil)

Shepard Forman

Universidade de Nova York (Estados Unidos)

Victor Abramovich

Universidade de Buenos Aires (UBA)

Victor Topanou

Universidade Nacional de Benin (Benin)

Vinodh Jaichand

Centro Irlandês de Direitos Humanos,

Universidade Nacional da Irlanda (Irlanda)

APRESENTAÇÃO



Chegamos ao sétimo número da Sur – Revista Internacional de Direitos Humanos com uma excelente avaliação de nossos leitores e com uma parceria com o *International Center for Transitional Justice*.

A avaliação da Revista foi conduzida para que tivéssemos subsídios para aprimorar a sua qualidade, melhor adequar os seus temas aos interesses dos leitores, e torná-la ainda mais acessível e crítica. 15% de nossos leitores responderam à avaliação proposta online, dentre professores e ativistas de direitos humanos. 66% deles consideraram a Revista ótima e 34%, boa. As melhores características apontadas foram: (a) a qualidade da Revista; (b) o seu potencial para disseminar informações sobre direitos humanos; e (c) a sua utilização ampla, tanto em cursos universitários, quanto em cursos não universitários. Ainda, os maiores desafios a serem superados abarcaram: (a) a abordagem de certos temas específicos; (b) a publicação de novos autores; e (c) o aprimoramento da disseminação da Revista. Para superar esses desafios, já tomamos as seguintes medidas: (a) enfocamos este e os próximos números da Revista sobre temas especialmente relevantes para o Sul Global, como justiça transicional, acesso a medicamentos e liberdade de expressão; e (b) fizemos lançamentos em centros de direitos humanos em universidades de diferentes continentes. Ademais, devemos inaugurar em 2008 um sistema de monitoria, pelo qual artigos com grande potencial, escrito por novos autores, poderão ser supervisionados por pesquisadores ou professores mais experientes. (Para um quadro mais detalhado da avaliação, por favor leia o documento ao final deste número.)

Além da avaliação conduzida, chegamos a este número da Revista com uma parceria entre a Conectas Direitos Humanos, que desde o primeiro número produz a Revista, e o *International Center for Transitional Justice*. Este centro foi criado em 2000 e traz como

missão a promoção da justiça, da paz e da reconciliação em sociedades que emergiram de regimes repressivos ou de conflitos armados, assim como em democracias já consolidadas onde injustiças históricas ou sistemáticas continuam sem resolução.

A parceria foi firmada para que enfocássemos um tema central em países do hemisfério sul: a justiça transicional. O equilíbrio entre paz e justiça, entre reconciliação e retribuição em sociedades pós-conflito ou em casos de injustiças históricas e persistentes é abordado pelos autores a partir de diferentes perspectivas geográficas: Austrália, Camboja, Peru e Uganda. Os autores trazem perguntas, contudo, que transcendem muitas vezes o contexto local. Ao tratar das violações a direitos de crianças aborígenes que foram retiradas à força de suas famílias na Austrália, Ramona Vijayarasa questiona se as Comissões da Verdade poderiam auxiliar na configuração de sociedades mais inclusivas. Ao analisar as Câmaras Extraordinárias no Camboja, Tara Urs procura identificar quais seriam as expectativas realistas a serem alcançadas por meio de tribunais da verdade ou tribunais extraordinários. Busca, ainda, analisar como processos culturalmente específicos poderiam auxiliar na configuração de uma justiça transicional e como os interesses das vítimas poderiam ser mais bem respondidos. Estudando o caso peruano, Elizabeth Salmón elucida as ligações entre conflito e pobreza, e questiona se a justiça transicional teria um papel específico para além das políticas públicas universalistas. Ainda, ao tratar da situação em Uganda, Cecily Rose e Francis Ssekandi estudam o papel da anistia na consolidação da paz e questionam como implementar a justiça em situações onde acordos de paz ainda estão sendo firmados.

Para fechar o tema da justiça transicional, a Revista publica uma entrevista com Juan Méndez, diretor do *International Center for Transitional Justice*.

Este número da Revista traz ainda uma análise da recém formulada estrutura do Conselho de Direitos Humanos da ONU (Lucia Nader) e um estudo sobre a influência do sistema interamericano e do "ativismo jurídico transnacional" na proteção de direitos humanos no Brasil (Cecília Santos).

Nós gostaríamos de agradecer aos seguintes professores e parceiros por sua contribuição na seleção dos artigos para esse número: Glenda Mezarobba, Helena Olea, J. Paul Martin, Jeremy Sarkin, Juan Amaya Castro, Juan Carlos Arjona, Kawame Karikari, Maria Herminia Tavares de Almeida, Paula Ligia Martins, Richard Pierre Claude, Thami Ngwenya e Vinodh Jaichand.

Finalmente, gostaríamos de anunciar que a próxima edição da Revista SUR será um número especial sobre acesso a medicamentos e direitos humanos, a ser publicada em colaboração com a ABIA – Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS. A Revista contará também com artigos em outros temas.

Os editores.

SUMÁRIO

LUCIA NADER	7	O papel das ONGs no Conselho de Direitos Humanos da ONU
CECÍLIA MACDOWELL SANTOS	27	Ativismo jurídico transnacional e o Estado: reflexões sobre os casos apresentados contra o Brasil na Comissão Interamericana de Direitos Humanos

Justica transicional

TARA URS	59	Vozes do Camboja: formas locais de responsabilização por atrocidades sistemáticas
CECILY ROSE E FRANCIS M. SSEKANDI	101	A procura da justiça transicional e os valores tradicionais africanos: um choque de civilizações – o caso de Uganda
RAMONA VIJEYARASA	129	Verdade e reconciliação para as “gerações roubadas”: revisitando a história da Austrália
ELIZABETH SALMÓN G.	153	O longo caminho da luta contra a pobreza e seu alentador encontro com os direitos humanos
GLENDIA MEZAROBBA	169	Entrevista com Juan Méndez, presidente do <i>International Center for Transitional Justice</i> (ICTJ)

Anexos

A 1	Anexo 1 - Centros de Direitos Humanos
A 5	Anexo 2 - Resultados da Avaliação sobre o Perfil dos Leitores e a Qualidade da Revista Sur

ANEXO 1

CENTROS DE DIREITOS HUMANOS¹

A partir deste número, a Revista Sur publicará informações sobre Centros de Direitos Humanos em Universidades de diversos países. Nosso objetivo é disseminar seu trabalho e criar oportunidades para cooperação entre esses Centros e nossos leitores.

CENTRO DE DIREITOS HUMANOS FACULDADE DE DIREITO, UNIVERSIDADE DE PRETORIA

Site: www.chr.up.ac.za

Contato: chr@up.ac.za

Tel: +27-12-420 3810;

Fax: +27-12-362 5125

Ensino: Dois mestrados em Direitos Humanos: LLM em Direitos Humanos e Democratização na África e LLM em Prática de Direitos Humanos e Direito Constitucional. Há, ainda, cursos mais curtos sobre boa governança e transparência.

Pesquisa: Direitos Humanos na África

Periódicos: African Human Rights Law Journal, Africa Human Rights Law Reports

Outros: Competição - Litigância simulada perante a Corte Africana de Direitos Humanos

O Centro de Direitos Humanos da Faculdade de Direito, Universidade de Pretoria, tem como foco, primeiramente, os direitos humanos na África. Os grandes feitos de sua história, desde que foi fundado em 1986, incluem o envolvimento de membros do Centro na elaboração da Constituição Sul-Africana e do Projeto da Carta de Direitos e no estímulo à educação sobre direitos humanos no continente africano. O Centro obteve resultados tanto em programas acadêmicos quanto em programas de pesquisa. No ano de 2006 o Centro recebeu o Prêmio UNESCO por Educação em Direitos Humanos.

O Centro oferece dois Programas de mestrado em Direitos Humanos. O primeiro é o LLM em Direitos Humanos e Democratização na África: um programa diferenciado em que 30 excelentes advogados de todos os países africanos são admitidos para estudar a cada ano. O segundo programa é o LLM em Prática de Direitos Humanos e Direito Constitucional, que tem como objetivo capacitar os estudantes sobre Direitos Humanos em geral (abarcando leis internacionais e sul-africanas de direitos humanos). Esse programa traz como foco a prática

1. Este documento foi produzido por Fred Hasselquiste e Victoria Schulsinger; e foi traduzido para o português por Catharina Nakashima.

de direitos humanos na África do Sul. O Centro de Direitos Humanos possui, ainda, uma série de cursos de curta duração, ministrados ao longo do ano, e enfocados no tema da boa governança e da transparência.

Além de seu propósito educacional, o Centro publica o *African Human Rights Law Journal* (AHRLJ). O periódico é creditado pela *International Bibliography of the Social Sciences* e as contribuições recebidas passam por revisão por pares (*peer-review*). As contribuições tratam de temas relacionados a direitos humanos relevantes para a África, para acadêmicos africanos e para africanos em geral. O AHRLJ é publicado duas vezes ao ano – em março e outubro. O Centro também publica, em inglês e francês, os Relatórios Anuais Africanos sobre Direitos Humanos (*African Human Rights Law Reports – AHRLR*), com decisões legais relevantes aos direitos humanos na África. Essas decisões abarcam tanto decisões domésticas, selecionadas em países de todo o continente, como também decisões da Comissão Africana de Direitos Humanos e dos Povos e dos Comitês das Nações Unidas para Direitos Humanos. Os AHRLR (sigla em inglês) estão indexados, o que facilita o acesso e torna a pesquisa mais fácil.

O Centro de Direitos Humanos organiza, por fim, a Competição em litigância simulada perante a Corte Africana dos Direitos Humanos (*African Human Rights Moot Court Competition*). Essa competição é inovadora, pois permite que os mais jovens e brilhantes futuros advogados africanos tenham a oportunidade de examinar criticamente a situação dos direitos humanos no continente, com a visão de melhorá-la por meio do uso persuasivo de argumentos legais baseados na Carta Africana de Direitos Humanos e dos Povos. Desde seu início em 1992, foram trazidos 773 times de 188 universidades, representando 45 países africanos.

CENTRO DE DIREITOS HUMANOS FACULDADE DE DIREITO, UNIVERSIDADE DO CHILE

Site: <http://www.derecho.uchile.cl/cdh/>

Contato: cdh@derecho.uchile.cl

Centro de Derechos Humanos, Facultad de Derecho - Universidad de Chile, Avda. Santa Maria N° 076, oficina 506, Providencia, Santiago - Chile

Docência: Cursos de Pós-Graduação em Direitos Humanos: “Direitos Humanos e Processos de Democratização”, “Direitos Humanos e Mulheres: Teoria e Prática” e “Transparência, *Accountability* e Luta contra a Corrupção”.

Áreas de Pesquisa: Direitos Humanos e o fortalecimento do Estado de Direito; Sistemas internacionais e regionais de proteção dos direitos humanos; Transição para a democracia e superação de um legado de violações de direitos humanos ou de crimes de guerra; Direitos da mulher, com especial referência à discriminação, à violência e a direitos sexuais e reprodutivos; Integridade pública, transparência e luta contra a corrupção; Qualidade da administração de justiça.

Publicações periódicas: *Anuario de Derechos Humanos*

O Centro de Direitos Humanos (CDH), uma instituição vinculada à Faculdade de Direito da Universidade do Chile, dedica-se à capacitação acadêmica de excelência para profissionais da América Latina que trabalham com direitos humanos e também ao fortalecimento da democracia e à planificação estratégica desses temas.

Atualmente o Centro tem um papel de liderança regional na ampliação ao respeito dos direitos humanos e na consolidação da democracia na América Latina, por meio de:

- educação e capacitação de bom nível;
- pesquisa e publicações;
- desenvolvimento e apoio a redes de profissionais que trabalham com direitos humanos; e
- coordenação de atividades estratégicas em nível regional.

A equipe de trabalho do CDH é altamente especializada, sob direção de dois co-diretores: Cecilia Medina e José Zalaquett. A principal atividade do CDH é o programa de Cursos de Pós-Graduação em Direitos Humanos. Além disso, com o fim de contribuir para o progresso, ensino e difusão da disciplina de direitos humanos, ainda tem realizado vários projetos de pesquisa que vêm se transformando em numerosas publicações, disponíveis no seguinte site: www.publicacionescdh.uchile.cl. Por fim, desde o ano de 2005 até a data presente, o CDH publica o Anuario de Derechos Humanos do Chile, cujas edições estão disponíveis em: <http://www.anuariocdh.uchile.cl/>.

**NATIONAL ACADEMY OF LEGAL
EDUCATION AND RESEARCH/NALSAR, UNIVERSIDADE DE DIREITO HYDERABAD**

Site: <http://www.nalsarlawuniv.ac.in/>
Contato: registrar@nalsarlawuniv.org
Escritório central, 3-4-761, Barkatpura, Hyderabad – 500 406, A.P - Índia.
Fone: +91 40 27567955/58;
Fax : +91 40 27567310

Ensino: Bacharelado (5 anos), LL.B.(Hons.), LL.B. (2 anos), Doutorado, Especialização em Lei de Patentes, Lei de Imprensa, Direito Cibernético e Direito Internacional dos Direitos Humanos

Pesquisa: "Convenção sobre os Direitos da Criança – Relatório Andhra Pradesh" e "Projeto de Lei Andhra Pradesh pela Abolição do Trabalho Infantil e Educação Compulsória, 2003", entre outros

Principais publicações: Periódicos: "NALSAR Law Review"

"IP Law News"

"NALSAR News Letter"

"Green News" – News Letter

Livros: *Cyber Space and the Law – Issues and Challenges*, Ghanshyam Singh, Ranbir Singh. *Human Rights Education, Law and Society*, Ghanshyam Singh, Ranbir Singh.

NALSAR University of Law em Hyderabad é uma instituição com foco em educação e pesquisa em Direito. A Universidade foi fundada em 1998 e desde então tem desempenhado importante papel no estabelecimento de novos padrões em educação do direito, especialmente na área de direitos humanos. Com a missão de educar advogados capazes, competentes e humanos, a Universidade vem formando na Índia uma nova geração de advogados socialmente engajados.

Ilustrativamente, alunos de quinto ano do curso de graduação e do LL. B. concluem seu curso de direito tendo assistido a disciplinas de Direitos Humanos, Direito Internacional Humanitário e Direito de Refugiados.

A *NALSAR University of Law* é fonte de muitos projetos e de publicações engajadas no movimento social e na luta pelos Direitos Humanos na Índia. Como exemplos temos: o Programa de Assistência Legal pela Terra (*Legal Assistance Programme for Land – LAPL*), que ensina estudantes de Direito, em colaboração com a Sociedade pela Eliminação da Pobreza no Campo (*Society for Elimination of Rural Poverty – SERP*); o Programa Fortalecendo a Justiça Criminal e os Direitos Humanos (*Strengthening Criminal Justice and Human Rights*), que inclui vinte e nove palestras em que os estudantes interagem com pessoas que trabalham no Poder Judiciário, ativistas pelos direitos de pessoas com deficiência, ativistas de direitos humanos, grupos Adivasi e jornalistas experientes, debatendo assuntos relacionados ao sistema de justiça criminal e aos direitos humanos; e o Guia dos Cidadãos sobre Acesso à Justiça (*Citizen's Guide on Access to Justice*), criado com o propósito de aumentar a consciência do grande público sobre direitos e de traduzir folhetos sobre direitos humanos para línguas locais indianas, tais como o Telugu, Tamil, Kannada e Malayalam. A "Convenção sobre os Direitos da Criança – Relatório Andhra Pradesh" e o "Projeto de Lei Andhra Pradesh pela Abolição do Trabalho Infantil e Educação Compulsória, 2003" são exemplos de documentos legais produzidos pela Universidade.

NÚMEROS ANTERIORES

Números anteriores disponíveis *online* em <www.surjournal.org>.

SUR 1

EMILIO GARCÍA MÉNDEZ

Origem, sentido e futuro dos direitos humanos:
Reflexões para uma nova agenda

FLAVIA PIOVESAN

Direitos sociais, econômicos e culturais e direitos
civis e políticos

OSCAR VILHENA VIEIRA e A. SCOTT DUPREE

Reflexões acerca da sociedade civil e dos direitos
humanos

JEREMY SARKIN

O advento das ações movidas no Sul para reparação
por abusos dos direitos humanos

VINODH JAICHAND

Estratégias de litígio de interesse público para o
avanço dos direitos humanos em sistemas domésticos
de direito

PAUL CHEVIGNY

A repressão nos Estados Unidos após o atentado de
11 de setembro

SERGIO VIEIRA DE MELLO

Apenas os Estados-membros podem fazer a ONU
funcionar Cinco questões no campo dos direitos
humanos

SUR 2

SALIL SHETTY

Declaração e Objetivos de Desenvolvimento do
Milênio: Oportunidades para os direitos humanos

FATEH AZZAM

Os direitos humanos na implementação dos
Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

RICHARD PIERRE CLAUDE

Direito à educação e educação para os direitos
humanos

JOSÉ REINALDO DE LIMA LOPES

O direito ao reconhecimento para gays e lésbicas

E.S. NWAUCHE e J.C. NWOBIKE

Implementação do direito ao desenvolvimento

STEVEN FREELAND

Direitos humanos, meio ambiente e conflitos:
Enfrentando os crimes ambientais

FIONA MACAULAY

Parcerias entre Estado e sociedade civil para
promover a segurança do cidadão no Brasil

EDWIN REKOSH

Quem define o interesse público?

VÍCTOR E. ABRAMOVICH

Linhas de trabalho em direitos econômicos, sociais
e culturais: Instrumentos e aliados

SUR 3

CAROLINE DOMMEN

Comércio e direitos humanos: rumo à coerência

CARLOS M. CORREA

O Acordo TRIPS e o acesso a medicamentos nos
países em desenvolvimento

BERNARDO SORJ

Segurança, segurança humana e América Latina

ALBERTO BOVINO

A atividade probatória perante a Corte
Interamericana de Direitos Humanos

NICO HORN

Eddie Mabo e a Namíbia: Reforma agrária e
direitos pré-coloniais à posse da terra

NLERUM S. OKOGBULE

O acesso à justiça e a proteção aos direitos
humanos na Nigéria: Problemas e perspectivas

MARÍA JOSÉ GUEMBE

Reabertura dos processos pelos crimes da ditadura
militar argentina

JOSÉ RICARDO CUNHA

Direitos humanos e justiciabilidade: Pesquisa no
Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro

LOUISE ARBOUR

Plano de ação apresentado pela Alta Comissária
das Nações Unidas para os Direitos Humanos

SUR 4

FERNANDE RAINE

O desafio da mensuração nos direitos humanos

MARIO MELO

Últimos avanços na justiciabilidade dos direitos indígenas no Sistema Interamericano de Direitos Humanos

ISABELA FIGUEROA

Povos indígenas versus petrolíferas: Controle constitucional na resistência

ROBERT ARCHER

Os pontos positivos de diferentes tradições: O que se pode ganhar e o que se pode perder combinando direitos e desenvolvimento?

J. PAUL MARTIN

Releitura do desenvolvimento e dos direitos: Lições da África

MICHELLE RATTON SANCHEZ

Breves considerações sobre os mecanismos de participação para ONGs na OMC

JUSTICE C. NWOBIKE

Empresas farmacêuticas e acesso a medicamentos nos países em desenvolvimento: O caminho a seguir

CLÓVIS ROBERTO ZIMMERMANN

Os programas sociais sob a ótica dos direitos humanos: O caso da Bolsa Família do governo Lula no Brasil

CHRISTOF HEYNS, DAVID PADILLA e LEO ZWAAK

Comparação esquemática dos sistemas regionais e direitos humanos: Uma atualização

RESENHA

SUR 5

CARLOS VILLAN DURAN

Luzes e sombras do novo Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas

PAULINA VEGA GONZÁLEZ

O papel das vítimas nos procedimentos perante o Tribunal Penal Internacional: seus direitos e as primeiras decisões do Tribunal

OSWALDO RUIZ CHIRIBOGA

O direito à identidade cultural dos povos indígenas e das minorias nacionais: um olhar a partir do Sistema Interamericano

LYDIAH KEMUNTO BOSIRE

Grandes promessas, pequenas realizações: justiça transicional na África Subsaariana

DEVIKA PRASAD

Fortalecendo o policiamento democrático e a responsabilização na *Commonwealth* do Pacífico

IGNACIO CANO

Políticas de segurança pública no Brasil: tentativas de modernização e democratização versus a guerra contra o crime

TOM FARER

Rumo a uma ordem legal internacional efetiva: da coexistência ao consenso?

RESENHA

SUR6

UPENDRA BAXI

O Estado de Direito na Índia

OSCAR VILHENA VIEIRA

A desigualdade e a subversão do Estado de Direito

RODRIGO UPRIMNY YEPES

A judicialização da política na Colômbia: casos, potencialidades e riscos

LAURA C. PAUTASSI

Há igualdade na desigualdade? Abrangência e limites das ações afirmativas

GERT JONKER E RIKA SWANZEN

Serviços de intermediação para crianças-testemunhas que depõem em tribunais criminais da África do Sul

SERGIO BRANCO

A lei autoral brasileira como elemento de restrição à eficácia do direito humano à educação

THOMAS W. POGGE

Para erradicar a pobreza sistêmica: em defesa de um Dividendo dos Recursos Globais